

BRASIL 438 DC.

Messias Modesto dos Passos¹

Introdução

A ideologização da questão ambiental provocou a produção de inúmeros textos, na sua maioria, com uma linguagem descolada do território. Não é objetivo desse trabalho elencar – textos e autores – fontes reveladoras desta afirmação. O nosso objetivo é chamar a atenção para dois aspectos da produção acadêmica dentro da Geografia: (a) o divórcio do texto com o concreto/o real, ou seja, o território e (b) a ausência de leitura/re-leitura de autores cujas obras, apesar do rigor científico, são consideradas ultrapassadas e/ou envelhecidas².

Alegou-se, repetidas vezes, que os clássicos da Geografia são meras descrições, excessivamente subjetivas..., logo, pouco geográficos. A este respeito, lembramos:

“Descrever e localizar, eis, se não a tarefa essencial, pelo menos os primeiros passos da Geografia, mesmo quando procura apreender os factos terrestres nas suas relações gerais. O geógrafo descreve, pois, as paisagens naturais ou as paisagens feitas pelo Homem para lhes traduzir a cor e a vida, isto é, para lhes exprimir o significado. Mas a descrição que delas faz não pode realizar-se segundo os métodos ou os meios de um Chateaubriand ou de um romancista regionalista. Nada poderá precisar melhor o papel e o valor da descrição em Geografia do

¹ Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Maringá.

² “Claude Lévi-Strauss relata uma história em seus “Tristes Trópicos” que teve, por acaso, um eco exato em nossa própria experiência. Ele reclama que, em sua época, os estudantes da Universidade de São Paulo sempre lhe perguntavam: “Este é o último artigo?”. Sua reação era sugerir que o último artigo sobre dado assunto talvez não fosse necessariamente o melhor. Cinquenta anos mais tarde, na primeira vez que ministramos um curso na USP, os estudantes fizeram a mesma pergunta. Ironicamente, eles eram fiéis à tradição em seu anseio pelo novo. Talvez esse interesse pelo novo esteja vinculado ao interesse brasileiro pelo estrangeiro, pelas ideias, modas e pessoas estranhas à sua cultura – pouco importando se o novo é atraente por ser estrangeiro ou o estrangeiro por ser novo”. (Extraído de: Peter Burke, “Primeiras impressões de um inglês no Brasil”. Folha de São Paulo: Caderno MAIS, 28/12 97; p. 7.

que o exemplo de Vidal de la Blache, o fundador da escola geográfica francesa. Esta vive ainda do seu pensamento, não só porque este sábio deu um impulso decisivo aos trabalhos que continuam a inspirar as suas directivas, mas ainda pelo sentido que tinha dos aspectos da natureza e pela arte que trouxe à sua descrição". (CLOZIER, R. História da Geografia.. Coleção Saber, p. 116-117).

Não é geográfica, a descrição que Garcia Márquez faz do Rio Madalena?:

"... com efeito, estava surpreendido com o que havia de mudado, e mais ainda estaria no dia seguinte, quando a navegação ficou mais difícil, e percebeu que o rio pai, o Madalena, um dos maiores do mundo, não passava de uma ilusão da memória. O capitão Samaritano explicou como o desmatamento irracional tinha acabado com o rio em cinquenta anos: as caldeiras dos navios tinham devorado a selva emaranhada de árvores colossais que Florentino Ariza sentia como uma opressão na primeira viagem. Fermina Daza não veria os bichos de seus sonhos: os caçadores de peles dos curtumes de Nova Orleans haviam exterminado os jacarés que fingiam de mortos com as fauces abertas durante horas e horas nos barrancos da margem para surpreender as borboletas, os louros com suas algaravias e os micos com seus gritos de doidos tinham ido morrendo à medida que acabavam as frentes, os peixes-boi de grandes tetas de mãe que amamentavam as crias e choravam com vozes de mulher desolada nas pontas de areia eram uma espécie extinta pelas balas blindadas dos caçadores de prazer". (GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. *O Amor nos Tempos do Cólera*, p. 408-409).

Leo Waibel, ao descrever as condições ambientais da região sul do Brasil, chama a atenção pela aderência que o texto apresenta em relação ao território... ele é descritivo mas é explicativo:

"No litoral do estado do Paraná e na extremidade norte do litoral de Santa Catarina temos condições de temperatura que se assemelham às da tierra caliente tropical. É uma baixada quente e úmida, na qual a malária e outras moléstias tropicais são difundidas. Embora o inverno seja mais fresco do que o verão, a geada é desconhecida e aí se podem cultivar tôdas as árvores de frutas tropicais, com exceção do cacauieiro". (Extraído de: WAIBEL, Leo, *Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1958, p. 207).

O que seria deste texto, em termos explicativos, se Waibel tivesse se

utilizado das siglas científicas de Köeppen (Cwb, por exemplo), como é habitual em muitos trabalhos, onde a sigla comparece solitária e não expressa a realidade climática regional e muito menos a local?.

A passagem do paradigma Lablachiano (*excepcionalismo*) para a bíblia bertrandiana (o *geossistema* como modelo teórico da paisagem) deu-se a partir de uma linguagem descolada do território. Estamos muito ricos de teorias!

O Professor Milton Santos, afirma que:

"a maneira como interpretamos o Brasil e o mundo é empobrecida na universidade porque somos extremamente copiadores – primeiro da Europa e agora dos EUA. Não se trata de recusar o pensamento que vem de outros países, mas há uma maneira própria de ver o mundo e a si mesmo. É isso que distingue as culturas e dá nervo aos povos. Nós não chegamos a ser universais porque não somos suficientemente brasileiros". (SANTOS, Milton, *Um olhar dissonante*, Folha de São Paulo, 7/03/2000, 5º Caderno, página 1)

No sentido de chegarmos ao nosso objetivo, ou seja, de mostrarmos que há muitos textos, envelhecidos e cada vez mais significativos para a compreensão da nossa formação socioespacial, passamos à análise de um texto produzido por Pierre Deffontaines e publicado em 1940.

O texto foi escolhido porque premia a análise geográfica: ao longo de todas as páginas, o autor mantém-se preso à realidade concreta: o território. Poder-se-ia adjectivar o texto como "abordagem eco-histórica", "formação socioespacial" ou, ainda, como a "gênese do Brasil". Optamos pelo título "Brasil 438 DC".

Texto "Geografia Humana do Brasil", de Pierre Deffontaines³
Capítulo I – os elementos da natureza e a luta dos homens

Inicialmente, o autor, adjectiva o território no sentido de chamar atenção para as suas potencialidades ecumênicas. Deffontaines revela um certo preconceito ao falar da não hostilidade da zona equatorial ao povoamento

³ O texto apresentado a seguir foi extraído de Separata da Revista Brasileira de Geografia, Números 1, 2 e 3 do Ano I, de 1940, em edição comemorativa dos centenários de Portugal. Em 1940, Pierre Deffontaines era Professor da Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, RJ.

humano: "... no Brasil o interior do Amazonas com suas florestas maciças está longe de ser a zona mais vazia e o seu povoamento é feito com uma população essencialmente branca; lá não há negros e relativamente poucos índios".

"Vicente Pinzon, reconheceu que era um rio e não o Oceano, pela doçura das águas e por isso chamou-o "Mar Doce" ou o "Rio Mar", numa referência da escala de grandeza dos rios brasileiros e, no caso, ao Rio Amazonas.

Deffontaines monta um *tableaux* (o quadro físico) no sentido de chamar a atenção da "... luta que os homens ali sustentaram contra os diferentes elementos da natureza". Está claro que a visão que o autor tem de natureza enquadra-se dentro da concepção do Mundo Ocidental: abusa da fórmula, regra geral, utilitária e estética, fundada na escolha e na valorização dos elementos benéficos de um meio ambiente frequentemente hostil.

Ao traçar o esboço da história do solo, valoriza o arcabouço geológico, demonstrando a hipertrofia da geomorfologia na análise do *tableau* e, ao mesmo tempo, enfatiza a herança e a gênese:

... primeiro a importância dos terrenos cristalinos antigos: gneiss, granitos, chistos e rochas vizinhas cobrem mais do terço do território. Em compensação as rochas sedimentares e sobretudo os sedimentos de origem marinha são menos representados, o que quer dizer que o país permaneceu em grande parte emerso desde os tempos geológicos mais antigos, entregue à destruição superficial. "A América do Sul apresenta um grande desenvolvimento da vida montanhosa e a antiga civilização dos índios ligou-se particularmente aos planaltos dos Andes, onde atingiu toda sua plenitude. Julgar-se-ia encontrar no Brasil uma antiga civilização montanhosa; nada disso".

"A montanha foi aqui essencialmente uma barreira, a Serra do Mar e a Mantiqueira sobretudo".

"Atravessava-se a montanha mas não se vivia nela....."Mas por etapas progressivas, a montanha sofreu ocupações e utilizações, atraiu sucessivamente uma vida mineira, uma vida pastoril, uma vida agrícola, uma vida estival...".

"As primeiras montanhas ocupadas pela colonização européia foram as montanhas de mineração. As serras do Centro de Minas são um

verdadeiro bloco dos mais variados minérios...".

"Na zona em que reinava o garimpo, à beira da montanha, a própria instabilidade do trabalho de coleta do metal não comportava o desenvolvimento de aglomerações; uma cidade só, Mariana, a primeira em data, aliás, das cidades mineiras, serviu de capital aos garimpeiros".

"Toda esta exploração mineira desenvolveu uma civilização urbana; os mineiros foram fundadores de cidades...".

As relações entre natureza e cultura ficam bastante evidentes no texto: "O Brasil representa um dos mais grandiosos exemplos de batalha entre o homem e o clima. A mais antiga e, também, a mais difícil foi a luta que as populações travaram contra as secas do Nordeste, a zona mais vizinha da Europa, a primeira a ser colonizada e ainda hoje uma das mais densamente povoadas, mau grado as condições hostis da atmosfera. A faixa litoral recebia indubitavelmente uma umidade suficiente para justificar outrora o nome de "zona da mata", e admitir belas plantações, mas a menos de 100 quilômetros da praia começa o "sertão" com seus solos salgados, os "salões", com uma estranha vegetação de espinhos e de cactus, a "caatinga". Foi aí que se formou um tipo muito curioso: o sertanejo nordestino. Sua origem quasi unicamente branca, sobretudo portuguesa do Norte, não impediu de ser uma das raças mais vivazes, mais adaptáveis em relação ao clima. Não se criou aqui uma destas civilizações de países áridos, povoados por construtores de canais, de perfuradores de poços, como se deu em regiões ainda mais secas: África do Norte ou Califórnia. Os portugueses, na sua maioria originários das regiões úmidas do Douro, não possuíam atavismo algum para lutar contra a seca; eles se submetem às intempéries, vivendo com seus rebanhos semi-nômades de bovinos e caprinos, através do planalto árido e refluíam no tempo das secas para a costa ou para as montanhas: Araripe, Baturité, Borborema".
Concebe-se então a importância dos fenômenos de erosão e de decomposição".

Ao traçar a "distribuição do relevo", Deffontaines o faz amarrado à história geológica, para demonstrar que a compartimentação topográfica

atual se deve, essencialmente, às falhas e à erosão. Ao longo do texto nota-se que o autor, está preso aos determinismos e, talvez, seja esta a razão maior da sua análise estar sempre colada ao território, ou melhor, as virtudes e vicissitudes do *tableau*:

"...a encosta é então orlada por pequenos fossos tectônicos, onde se puderam formar curtos vales longitudinais que, apesar de serem abruptos, facilitam o acesso do planalto; são por depressões deste gênero que se desenvolvem as vias férreas de Santos a São Paulo, do Rio a Nova Friburgo e a rodovia do Rio a Petrópolis".

Deffontaines utiliza-se da "régua e compasso" da geografia francesa vidaliana e deixa esse desenho muito explícito ao longo do texto, ao expor os "aspectos particulares" dos elementos do quadro físico/do *tableau*, ou seja, a sua análise, malgrado o *transecto* sobre o território, é excepcionalista.

Ao descrever as formas do relevo, valoriza a geomorfologia climática: *"...na zona em que reinam os verões quentes e úmidos, as rochas cristalinas e sobretudo os gneiss porfiróides do complexo brasileiro deram esses "pães de açúcar..."*

A toponímia utilizada é fiel às expressões populares e, ao mesmo tempo, reveladora da gênese:

"Os granitos fornecem também cumes arredondados, mas freqüentemente menos abruptos; não se chamam mais "pães de açúcar" e sim "meias laranjas" ou "cascos de tartaruga". Encontram-se às vezes paisagens inteiras cheias dessas calotas, dando um aspecto de agitação marítima que é bem definido pela expressão "mar de morros".

"...O clima vence as rochas mais resistentes. As águas pretas, tão freqüentes no Brasil, como o demonstra o grande número de Rios Pretos e Rios Pardos, são carregados de ácidos (ácidos húmicos) e cavam as rochas quimicamente mais do que mecanicamente. O relevo se funde sob as águas tropicais: "duro como o granito" é uma expressão falsa nessas regiões".

"No Nordeste brasileiro encontram-se as mesmas rochas, mas o clima mudou, não se encontram mais "rios pretos" com águas carregadas de ácidos; os "pães de açúcar" desaparecem para dar lugar a grandes superfícies peneplaneadas, cobertas de seixos rolados, tão raros no Brasil meridional. Planaltos de grês dominam o "sertão" cristalino com grandes massas tabulares chamadas "chapadas":

chapada do Apodi, do Araripe, de Ibiapaba.

Observa-se, na transcrição, que a vegetação está totalmente ausente da análise, o que revela uma das mais graves lacunas da Geografia Física de então e da atual: o mal entendido de tudo que se relaciona com a Botânica. Constata-se que a relação vegetação-erosão foi muito freqüentemente reduzida a um maniqueísmo dos mais grosseiros em que a vegetação, considerada como uma simples entidade, joga o único papel de manto protetor em face da erosão.

A montanha é considerada como alternativa, para os homens e para os cultivos, frente às adversidades térmicas do clima tropical.

Quando fala dos rios (tipos de rios), prende-se as relações dos leitos superficiais com o substrato (a litologia) e o clima para, em seguida, mostrar como o homem se aproveita da rica rede hidrográfica, deixando explícito que a análise/a leitura toma por analogia as regiões temperadas do globo. É bom lembrar que nesse período os geógrafos elaboraram os "modelos" padrões de cada uma das regiões do globo e, mesmo, de cada um dos elementos da paisagem (modelos de regiões quentes; modelos de regiões frias; modelos de montanhas; etc.): *"... Estes grandes sistemas pluviais dispõem de um provisionamento d'água unicamente pluvial..."*

As descrever a dinâmica das águas do Rio Amazonas, deixa claro que o conceito de regularidade é aplicado aos cursos que mantêm o volume d'água (na vazante) sem comprometer as atividades econômicas. No caso do Rio Amazonas, onde as enchentes são problemáticas e têm reflexos negativos na vida das populações ribeirinhas e na economia local-regional:

"O Amazonas tem um regime especialmente estável, devido à sua situação quase a cavaleiro do Equador. Os afluentes da margem do Norte lhe trazem as águas crescidas na estação quente boreal de julho a setembro, enquanto que os da margem Sul, ao contrário, trazem sua principal contribuição na estação quente de janeiro a março; é verdade que os rios meridionais são acentuadamente mais consideráveis e asseguram uma influência austral dominante, mas o equilíbrio é assegurado graças à expansão formidável das águas pelos pântanos e braços anexos, "igarapês" e "furos", amortecendo as pulsações das águas, e também devido ao pequeno declive (82 metros de altitude em Tabatinga, onde o rio entra em território brasileiro, a mais de 3.000 quilômetros do mar), de modo que este rio, o maior do mundo, é também o mais regular.

“Os cursos d’água da zona das secas e mesmo o Rio São Francisco estão longe de gozar desta estabilidade, suas estiagens são muito baixas; muitos rios secam mesmo completamente durante vários meses e lembram os “oueds” do Saara.

Para fechar esse primeiro capítulo, o autor elenca alguns sub-títulos: “agricultura e inundação”; “as formas de costa”; “o Brasil se apresenta como uma ilha”; “a pesca”; “a banana do litoral”; “aspectos da vegetação”; “a floresta, zona de colheita”; “a floresta, zona de cultura”; “a floresta, produtora de combustível” e “as madeiras preciosas”.

Em todos esses itens está evidente que Deffontaines tinha uma leitura ocidental da natureza, ou seja, hostil e estético-utilitária ao mesmo tempo:

“O primeiro emprego humano da floresta é um trabalho de coleta. Todavia, ao mesmo tempo, a floresta brasileira adquiriu uma função agrícola. Enquanto que nas zonas temperadas as árvores foram as grandes inimigas das culturas, na América do Sul foram elas suas principais aliadas; e o trabalho agrícola não foi durante muito tempo possível senão com o auxílio da árvore. As primeiras plantas cultivadas foram extraídas da floresta e continuam adaptadas ao solo florestal: mandioca, feijão, banana, milho...; seu único adubo é a cinza das árvores; as culturas tiveram início nos bosques. Por outro lado, as zonas de pastagem, os campos e pampas, permaneceram domínio reservado à vida de caça e criação. Isto explica porque as zonas florestais foram, durante longo prazo, mais habitadas do que as zonas de pastagem. O Amazonas mesmo era mais favorável à vida indígena do que os pampas argentinos. Ainda hoje no Brasil as zonas de árvores constituem o domínio da agricultura e as de pastagem, o domínio da criação. Nas paisagens de transição onde reina o cerrado, floresta mais xerófila (semideciduous forest), o homem, por meio de incêndios anuais, fez a árvores recuar diante da grama; assim os planaltos do oeste mineiro foram completamente deflorestados e entregues à criação”.

Cabe, aqui, algumas considerações em torno do parágrafo transcrito acima: 1º) o Brasil foi ocupado muito mais a partir de uma interpretação européia do que de um reconhecimento prévio de suas potencialidades paisagísticas. A cultura européia quando desembarcou no Brasil fez a leitura de que “a floresta era sinônimo de terra fértil”. Isto já estava claro na Carta de Pero Vaz de Caminha. Mais tarde, no avanço do café para o Oeste de São

Paulo e Norte do Paraná, era comum a expressão de que “o café se desloca em busca” do “bafo do sertão” ou do “cheiro da mata”. E mais, onde a Mata Atlântica se abre para o interior, o povoamento e a rede urbana se mostram das mais densas, em todo o Brasil – Oeste Paulista e Norte do Paraná -; 2º) o autor fala de “*solo florestal*”. Era comum, no Brasil, falar-se em “solos de floresta”, “solos de cerrado”, “solos de campo”... Dava-se pouca importância às diferenças pedológicas (para não dizermos paisagísticas) dentro de cada um dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos brasileiros. O Professor Aziz Ab’Sáber, ao estabelecer o conceito de “área core”, “área de transição” e de “área de enclave” contribuiu para amenizar a interpretação européia, predominante até então, ou seja, a visão de que as paisagens tropicais brasileiras são monótonas e apresentam (segundo eles) um “ar de família”; 3º) “*as zonas de pastagem*”, são nas verdade os campos abertos, cobertos de vegetação rasteira (gramíneas) mais apropriadas à criação. Com a africanização das pastagens brasileiras (introdução do capim colômbio, do capim gordura...) e mais tarde (1970), com a introdução de espécies australianas (*brachiarias*) as pastagens artificiais ganharam todos os espaços (cerrado, floresta, campo). Até mesmo no Pantanal Mato-grossense observou-se iniciativas desastrosas de introdução das pastagens artificiais (*brachiaria*) em substituição ao capim *jalapa* e de outras espécies nativas adaptadas àquele ecossistema; 4º) “*seu único adubo é a cinza das árvores*”, não se praticou as queimadas para se obter o adubo das cinzas e sim para limpar o terreno para os cultivos...; a cinza como adubo foi um efeito percebido empiricamente.

No capítulo 2 (Trabalho & Aventura) de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda apresenta, a título de “nota ao capítulo 2: Persistência da Lavoura de Tipo Predatório”, p. 66-70, considerações/depoimentos que ilustram o que afirmamos acima.

Capítulo II – o efetivo humano e sua distribuição

“As densidades mais elevadas são ocorrentes nos Estados do litoral: quasi 50 habitantes por km² no Estado do Rio, cerca de 30 a 40 em alguns pequenos Estados do Nordeste (Alagoas com 43); a zona litoral do Estado de Pernambuco tem uma densidade avaliada em 121 habitantes por km² (21 municípios tem mais de 100 habitantes por km²).”

"Nos altiplanos interiores existem também alguns pontos de densidade elevada. A zona montanhosa do centro e sul de Minas atraiu cedo uma população numerosa, de brancos e negros, para a extração de metais preciosos: após a decadência das minas, os habitantes se espalharam enchendo a região de fazendas de extensão média, praticando uma espécie de policultura que lhes permitia viver em economia quasi fechada".

"Em relação às vastas regiões do interior do Brasil - Mato Grosso, Goiás e Amazonas - são regiões que esperam ainda seu povoamento e, na maioria dos casos, não dispõem de um habitante por quilômetro quadrado: as suas possibilidades de futuro são consideráveis, mas tudo depende das facilidades de comunicação".

Os símbolos do período desenvolvimentista (Planos de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, 1955-1959) eram: a rede urbana, a rede de comunicações e a rede de geração e distribuição de energia. A transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília (1960) constitui-se no marco maior desses símbolos. Durante a chamada fase do "milagre brasileiro" e, de forma mais acentuada, com as propostas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79) os chamados "espaços vazios" ou "não valorizados" tornam-se alvo do capital industrial e, então, passam a receber atividades, populações e infra-estrutura de acordo com a ideologia do Plano Nacional de Desenvolvimento - PIN -, implantado a partir de 1971.

Ao descrever "os personagens tipos", Deffontaines se apega ao conceito de "gênero de vida":

"A definição humana de uma região é dada não tanto pela repartição da população ou por distribuições étnicas, mas, sobretudo, pelo conhecimento dos gêneros de vida, cuja associação íntima assegura a exploração do solo. Esses gêneros de vida encontram sua expressão em personagens tipos cuja enumeração ocupa o primeiro lugar na caracterização de cada região".

Os personagens tipos de Deffontaines são encontrados no bico-de-pena de Percy Lau, na obra "Tipos e Aspectos do Brasil" (FIBGE, 1990)

No Brasil, o personagem dominante, e ao mesmo tempo o mais antigo, é o "fazendeiro", isto é, o proprietário de uma fazenda ou grande cultura".

"O primeiro esforço do fazendeiro consistiu no açambarcamento da terra; impressiona-nos a importância desta apropriação. Num país tão vasto, tão pouco habitado, esperar-se-ia encontrar imensas extensões sem dono, pertencentes ao domínio público do Estado; isso, porém, não se dá, e até as zonas de florestas do Amazonas têm proprietários, existindo fazendas unicamente florestais; as terras devolutas, isto é, os bens sem dono, pertencentes ao domínio público, são pouco importantes e isto explica a fraca influência da colonização oficial sobre a terra livre. Seria interessante retrazar a história dessa imensa imobilização da terra pelos primeiros colonos; seu direito de propriedade deriva - ora de concessões outorgadas pelo soberano, sob o antigo nome de "sesmarias", ora de simples posse de fato, reconhecida com muita facilidade por decretos, ora de compras, mediante títulos mais ou menos falsificados, a primitivos proprietários mais ou menos ilusórios ("grilos")".

De um modo geral, os livros didáticos e mesmo os livros acadêmicos fazem referência às "sesmarias" como sendo estas uma realidade apenas do período colonial e fixa à região litorânea. Na verdade, significativa parcela do Brasil Interior foi, também, apropriada a partir de concessões ("sesmarias").

Sobre as fazendas, o autor faz uma descrição muito geográfica no sentido de mostrar a organização/administração e empreendimentos entre as fazendas de plantação e as fazendas de gado. Encontra-se no texto uma valorização do tipo de casa/de morada utilizada numa e noutra.

"A fazenda de gado deve atender a condições muito diversas; o grande problema para ela não reside na exposição solar e sim na delimitação; é preciso evitar que os imensos rebanhos se dispersem pelo sertão. Procura-se por isso apoiar as propriedades em cursos d'água; os sítios privilegiados são os promontórios, na confluência de dois rios, o "pontal". As mais antigas criações de gado foram fazendas de "pontal", começando a apropriação pelas confluências".

"A supressão da escravatura não transformou o regime da fazenda; trouxe apenas mudanças de detalhes; em vez de alojar os trabalhadores em senzalas grupadas em torno de pátios fechados, construíram-se verdadeiras cidades operárias rurais, com casas separadas, alinhadas, todas iguais: é a "colônia", que substituiu a senzala".

É interessante a sobreposição da leitura que Darcy Ribeiro faz sobre "cidades e vilas":

"Nos cursos desses séculos as cidades cresceram e se ornaram como portentosos centros de vida urbana, só comparáveis aos do México. Os holandeses enriqueceram Recife. A riqueza das minas se exibiu em Ouro Preto e outras cidades do ouro, engalanou a Bahia e, depois, o Rio. A valorização do açúcar translada os senhores de engenho para Recife e para a Bahia, onde ergueram seus sobrados e viveram a vida tão bem descrita por Gilberto Freyre (1935). A independência derramou quantidades de lusitanos por toda a parte, todos muito voltados ao comércio, como agentes de empresas inglesas. A Guerra de Secessão nos Estados Unidos fez crescer São Luís, que no censo de 1872 comparece maior e mais rica que São Paulo. A abolição, dando alguma oportunidade de ir e vir aos negros, encheu as cidades do Rio e da Bahia de núcleos chamados africanos, que se desdobraram nas favelas de agora".

*"As cidades e vilas da rede colonial, correspondem à civilização agrária, eram, essencialmente, centros de dominação colonial criados, muitas vezes, por ato expresse da Coroa para defesa da costa, como Salvador, Rio de Janeiro, São Luís, Belém, Florianópolis e outras. Exerciam, como função principal, o comércio, através de importação e contrabando, e a prestação de serviços aos setores produtivos, na qualidade de agências reais de cobrança de impostos e taxas, de concessão de terras, de legitimação de transmissões de bens por herança ou por venda e de julgamento nos casos de conflito. Além dessas funções, prestavam assistência religiosa, associada quase sempre com atividades escolares de nível primário e propedêuticas do sacerdócio. Proviam, também, assistência médica para os casos desesperados, resistentes às mezinhas domésticas tradicionais. Sua vida girava em torno dessas atividades e da Segunda função básica, que era a de empórios de importação de escravos e manufaturas e de exportação de açúcar, mais tarde do ouro, pedras preciosas e poucas outras mercadorias". (RIBEIRO, Darcy, *O Povo Brasileiro - a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 193-195).*

Em Pierre Deffontains, o agente considerado está no nível local: o

fazendeiro. É claro que, nesse caso, aos invés das cidades de Darcy Ribeiro temos as curru telas e os patrimônios do Brasil interior, sobretudo.

"Fazendeiros e colonos¹ levam nas propriedades uma vida essencialmente rural. As necessidades de comércio e de convívio social determinaram contudo a criação de curiosos tipos de aglomerações. Se o Brasil não conhece a forma aldeia, possui contudo inúmeras pequenas cidades que se encontram no interior, separadas por uns quinze a vinte quilômetros em média. Mas neste país essencialmente rural, a cidade foi, durante muito tempo, um anexo à fazenda. A maioria dessas cidades é obra dos fazendeiros; a necessidade de vida social incitou-os a se tornarem fundadores de cidades. O método seguido era quase sempre o mesmo: para constituir um núcleo urbano, o proprietário fazia doação ou legado de uma porção de terreno à igreja católica na pessoa do bispo mais próximo ou de um santo do calendário brasileiro, que se tornava por este fato proprietário desta doação piedosa chamada "patrimônio. Este terreno era dividido em lotes de habitações em torno duma grande praça, no fundo da qual deveria ser construída uma igreja ou capela, conforme fosse ou não servida por um padre. Os fazendeiros dos arredores alugavam ou compravam esses lotes para neles construírem residências ou palacetes; para lá se dirigiam aos domingos e dias de festa, a fim de assistirem aos ofícios religiosos e levar ali uma vida de ostentação e de convívio social. Com os proventos das vendas contruía-se a igreja".

Bye bye Brasil

Essas "cidades", apesar de sua reprodução numérica, beneficiavam apenas uma parcela mínima das atividades comerciais, difícil de se organizar

¹ O colono era o personagem que gravitava em torno da fazenda de café, no Estado de São Paulo: não é como seu nome poderia fazer supor, um homem que se vem instalar em terra livre, mas um operário aliciado pelo fazendeiro, que o foi buscar até nos mercados europeus, na Itália meridional principalmente. O fazendeiro confiava-lhe a direção de um certo número de pés de café, tendo ele direito a uma parte da colheita; recebe tantos pés a mais, quantos filhos tinha; por isso tem o colono, quase sempre, uma família numerosa. Esse esquema foi detonado a partir, sobretudo, do Estatuto da Terra - Governo Castelo Branco, 1966 - que dava ao trabalhador rural os mesmos direitos trabalhistas do trabalhador urbano. Para não assumir tal encargo social, o fazendeiro dispensa os colonos e, uma das conseqüências desse ato foi o surgimento da figura do "bóia-fria".

no Brasil, devido ao povoamento rural totalmente disperso. Essa característica do comércio ambulante, do espetáculo circense, dos espetáculos ambulantes está bem retratada no filme de Cacá Diegues, "Bye, Bye, Brasil".

O negócio ambulante parece ser uma adaptação muito antiga ao povoamento disperso. O mascate, depois do fazendeiro e do colono, é a figura mais típica do interior brasileiro. É um velho nome que se aplica a todos esses mercadores, pois "mascatear" quer dizer mercadejar⁵. Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir de 1880, quando a "marcha do café", em busca do "bafo do serão", foi acompanhada das linhas de ferro (Mogiana, Araraquarense, Paulista, Sorocabana), quando surgiram inúmeras vilas no interior paulista, o campo de ação dos mascates alargou-se consideravelmente. No início, os mascates eram os próprios italianos, sobretudo calabreses, que já exerciam esse mesmo tipo de atividade na Calábria. Mais tarde, aparecem os sírios, sobretudo maronitas, negociantes inveterados, que perseguidos pelo regime turco por motivo de crenças religiosas, espalharam-se pela Europa e posteriormente migraram para o Brasil (1885-90):

*"Os mascates sírios viajavam habitualmente em grupos de dois, em parte devido à insegurança de certos lugares do interior, mas sobretudo para facilitar suas operações que exigem às vezes um comparsa. Aproveitavam a hospitalidade proverbial do brasileiro, alojando-se e comendo na casa dos moradores locais, aliás sem convite, porque é de tradição, que "mesa e pousos estejam franqueados ao viajante". Viajavam a pé, carregando sua caixa - o baú dos mascates - cheia de pacotinhos, e atraíam os compradores mediante um estalar de castanholas"*⁶.

⁵ A palavra "mascatear", deriva da Cidade de Mascate, na Arábia. Era com efeito uma cidade de mercadores que traficavam com as Índias na época em que este país despendia, como o Brasil, da Coroa Portuguesa.

⁶ Nós conhecemos os mascates sírios nos anos de 1957-1965, quando eles aportavam em Mirante do Paranapanema, Estado de São Paulo, valendo-se da efervescência local motivada pelas colheitas de algodão; normalmente visitavam a cidade e a área rural em dupla e adotavam a estratégia de oferecer a mesma mercadoria com preços diferentes: o comprador acreditava que estava comprando um produto pelo preço mais baixo... Mais tarde, alguns desses mascates se tornaram donos de lojas e de muitas piadas que "contavam em prosa-e-verso" a esperteza dos sírios-libaneses...

Deffontaines dedica algumas páginas para descrever outros tipos do Brasil de então: o caboclo, o caiçara, os trabalhadores de fábricas, a gente das favelas... Para ele, a etnia, ou seja, a cor-da-pele está muito presa ao *status* social de cada um desses personagens. Não comparece, em nenhum momento do texto, a análise sociológica mais apurada.

Capítulo III - as duas grandes cidades: Rio de Janeiro e São Paulo

A situação geográfica, a conquista do solo urbano, a casa carioca, o problema das comunicações, o problema da alimentação, uma extraordinária vitória urbana, são os itens selecionados, pelo autor, para descrever o Rio de Janeiro, à maneira ocidental: uma natureza hostil onde os elementos são estéticos...

O sítio urbano de ambas as cidades merece uma atenção toda especial de Deffontaines, até porque segundo este autor, o meio ecológico explica as diferenças e o processo de evolução da malha urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo. É a partir da lógica territorial que ele vai afirmar que São Paulo foi um *ponto de partida* (dos bandeirantes para a conquista do interior), enquanto que o Rio de Janeiro era antes de tudo um *ponto de chegada* (um porto...). E mais: após uma análise ecológica do sítio urbano do Rio de Janeiro e do seu entorno, afirma que: "*A função essencial desta cidade não será fabricar e produzir, mas consumir*", referindo-se às limitações ambientais das áreas circunvizinhas próximas e dos reflexos dessa organização física, na dependência da cidade carioca de outras regiões para efeito de abastecimento básico (a carne bovina, de Minas e Goiás; o leite, das regiões montanhosas de Minas Gerais; os produtos vegetais, dos planaltos de São Paulo e, mais tarde, das montanhas da Serra do Mar...).

A eco-história

Na constante busca da Geografia por novos paradigmas temos, nos dias atuais, uma preocupação com a abordagem ecológica. Consideramos mais apropriado chamá-la de eco-história, ou seja, o estudo das conseqüências ambientais das atividades humanas, de um lado, e o estudo das atividades humanas numa perspectiva ambiental, de outro. Esta abordagem está muito bem elaborada na análise que Deffontaines faz do sítio urbano das duas maiores cidades brasileiras, de modo particular na descrição analítica do

entorno territorial da cidade do Rio de Janeiro:

"Foi necessário primeiramente conquistar o solo urbano. Dispunha-se de pequenas planícies, todas mais ou menos pantanosas, sendo necessário drená-las e secá-las.

Não era, aliás, a água dos baixios que mais inquietava e sim a que descia das montanhas da Serra Carioca, na época das grandes chuvas de verão, onde caem às vezes mais de 200 mm num só dia.

Do lado do mar, atrás dos cordões litorais arenosos, lagunas sem saída, malsãs, entravavam o povoamento. Era o caso da Lagoa Rodrigo de Freitas; por meio de um canal e um sistema de comportas, garantiu-se o acesso das marés e facilitou-se o saneamento.

Foi preciso, muitas vezes, adaptar a borda do mar; as pequenas planícies terminavam, em sua maioria, por terrenos baixos ou praias com areias instáveis.

Nesta cidade comprimida pela montanha, as conquistas sobre o mar foram além das avenidas à beira-mar; imaginou-se conquistar partes da baía, por aterro; assim, bairros inteiros, como o da Urca, ao pé do Pão de Açúcar, foram conquistados ao mar, loteados e vendidos os seus terrenos, onde hoje se ostentam palacetes residenciais.

Conquistaram-se e adaptaram-se também as numerosas ilhas que semeiam a baía de Guanabara. A cidade pode, assim, livrar-se de certos serviços desfavoráveis à aglomeração: ilha especial para imigrantes, ilhas para arsenais de marinha, ilhas para entrepostos de petróleo, ilha para receber o minério. Há, também, algumas ilhas residenciais, como a encantadora Paqueta.

"A cidade é dividida pelos ramos montanhosos ligados aos maciços do Corcovado e da Tijuca e é semeada de morros isolados, alguns deles pequenos e constituídos de terras de decomposição; alguns foram arrasados no centro da cidade; mas não se podia fazer o mesmo com os morros de rochas que continuam a figurar na silhueta estranha da cidade. Aqueles que têm paredes a pique são inacessíveis e

constituem áreas inutilizadas; mas, sempre que as rampas eram menos abruptas, foram ocupados por uma população heterogênea da própria cidade. Tornaram-se domínio da gente pobre e constituíram espécies de zonas cobertas de casas de taipa, com pedaços de folhas de Flandres, aglomerações suspensas acima da cidade e com ela se comunicando por meio de escadas vertiginosas, talhadas muitas vezes na própria rocha. O mais antigo desses morros de gente pobre é o da Favela mas há pelos menos uns quinze outros, espalhados por todos os bairros, mesmo acima dos bairros residenciais mais luxuosos. Calcula-se que seja de 200.000 o número de habitantes dos morros".

"No Rio, o vento é um verdadeiro personagem, traz nomes especiais: é "brisa", quando sopra do mar, "viração" ou "terral", quando vem da terra".

"Quando se organizaram os transportes por via férrea, foi necessário procurar outras passagens. A Serra do Mar apresenta a Oeste do maciço dos Órgãos, grande depressão, onde a crista não ultrapassa 500 metros; lá se estabeleceu então a rampa que permitiu comunicação com São Paulo e Minas, pela passagem de Paulo de Frontin. É a única linha férrea por onde podem subir comboios de 10 e 12 vagões, constituindo a única saída do Rio, de grande rendimento; as outras vias férreas têm cremalheiras e nelas só podem subir 3 vagões de cada vez".

Considerações finais

Qual é a idade do Brasil? 500, 438, 25 anos? O Brasil é feito de muitos pedaços de idades muito diferentes: se a cidade de São Paulo tem 446 anos, Sinop, no norte do Mato Grosso tem apenas 21! Muitas cidades ainda surgirão. Se no passado tínhamos os mascates, no passado mais recente temos os "atacadistas", cujos caixeiros-viajantes chegavam/chegam aos pontos mais distantes do território para vender "secos e molhados" (Você conhece o seu Martins?). O que preocupa no Brasil de hoje é que as mudanças se dão dentro de um ritmo muito acelerado ("trocamos o pneu com o carro em movimento") e, aonde chega a "modernidade" (a internet) chega também a droga, a violência... isto é, não chega o governo...

As mudanças socioespaciais dos últimos 60 anos transformaram o Brasil, um país essencialmente agrário, até então, em um país urbano-industrial com impactos paisagísticos agudizados por algumas variáveis que dificultam enormemente o encontro de um modelo de desenvolvimento que seja socialmente correto e ambientalmente justo:

- a *dispersão espacial das atividades*, em parte justificada pelas dimensões continentais do território mas, certamente, devido ao caráter de nossa formação sócio espacial marcada pela "economia de fronteira";

- a *compressão temporal*, ou seja, a velocidade das mudanças sócio-econômicas e, claro, das definições e redefinições das políticas territoriais que atenderam/atendem muito mais as conjunturas e as regras ditadas de fora para dentro, não considerando os custos da desintegração regional e, principalmente, da ausência do tempo suficiente para a consolidação/sedimentação das economias locais-regionais e, claro, da construção paisagística;

- a *concentração*, fenômeno considerável da dinâmica territorial brasileira, manifestada na concentração da pobreza nas periferias das médias e grandes cidades: concentração de renda e de patrimônio;

- *os brasis*, Brasil Atlântico, Brasil interior, Brasil povoado, Brasil pouco povoado, Brasil rico, Brasil pobre, mas sobretudo um Brasil de grandes diferenças locais e regionais, Brasil de sobreposição do moderno com o arcaico marcadamente híbrido, ambivalente, instável e dinâmico, herança do processo de "modernização conservadora".

Temos, na atualidade, o questionamento de alguns princípios sociais, no plano do cotidiano, pela presença da *hipercomunicação*, no plano econômico, pela *mundialização do capitalismo* e, no plano político, por um Estado que busca um modelo *privatista*⁷ e uma política moderna altamente segmentada.

⁷ O Prof. Milton Santos, em artigo publicado na Folha de São Paulo (8/8/99), afirma: "Como as situações se alteram rápida, repetidamente e de forma inesperada, o território, sobretudo nas áreas mais afetadas pela modernidade globalizadora, torna-se instável, nervoso e, também, ingovernável. As crises territoriais revelam, brutalmente, as crises - nem sempre imediatamente percebidas - da economia, da sociedade e da política. O caso brasileiro ilustra de forma explícita essa entrega ao privado da regulação dos usos do território, sobretudo naquelas suas fatias, pontos e articulações essenciais. A privatização extrovertida das vias e meios de transporte e de comunicação, agrava o conjunto de crises. Importam-se empresas e exportam-se lugares. Impõe-se de fora do país o que deve ser a produção, a circulação e a

Finalmente, de frente ou de costas, entramos na modernidade, com algumas características "próprias", ou seja, modernização e urbanização cujo desenho é um mosaico de composição difícil: país de economia periférica, agroexportador, de elevada taxa de analfabetismo, expansão das drogas e do crime organizado, de perda do monopólio da Igreja Católica, de excesso de privilégios (para alguns)/de pouca cidadania (para a grande maioria) e de muita desinformação no mundo rural. Ao mesmo tempo, uma população que migrou para as cidades nos últimos 30 anos e apresentou uma surpreendente facilidade de adaptação ao mundo urbano e às mudanças culturais, apesar das dificuldades de construirmos relações humanas mais gratificantes.

Avança Brasil!. E nós?

distribuição dentro do país, anarquizando a divisão interna do trabalho com o reforço de uma divisão internacional do trabalho que determina como e o que produzir e exportar, de modo a manter desigualmente repartidos, na escala planetária, a produção, o emprego, a mais-valia, o poder econômico e político. Escolhem-se, também, pela mesma via, os lugares que devem ser objeto de ocupação privilegiada e de valorização, isto é, de exportação. Não é simples metáfora dizer, a partir desse raciocínio, que está havendo uma entrega acelerada do território, já que o modelo econômico consagrado recusa ao país as ferramentas da sua regulação, pondo-as em mãos outras (geralmente estrangeiras), cujos projetos e objetivos podem ser inteiramente estranhos ou adversos ao interesse nacional. É desse modo que áreas inteiras permanecem nominalmente no território, fazendo parte do mapa do país, mas são retiradas do controle soberano da nação".